

RASSEGNA LEGALE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

JAN | FEV | MAR

2022



EDITORIAL

ENTREVISTA | PAULA FORGIONI

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

CÂMARA SUPERIOR DO CARF CANCELA MULTA DE 150%

ICMS-DIFAL SOMENTE PODE SER COBRADO EM 2023

NOVO ÍNDICE DE REAJUSTE DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

IPTU DE CLUBES EM SÃO PAULO

SÍNDROME DE BURNOUT COMO DOENÇA OCUPACIONAL

NOVO MARCO LEGAL DE CÂMBIO NO BRASIL





VICENTE BAGNOLI
Presidente do CoJur

EDITORIAL

A primeira edição da **Affari** de 2022 já traz algumas reflexões. Se, por um lado, os sinais de melhora da pandemia da Covid-19 são alvissareiros (apesar da cautela ainda devida), trazendo alento às pessoas e o que seria também bons sinais para uma retomada econômica, por outro lado, a guerra da Ucrânia coloca

em dúvida, uma vez mais, as cadeias globais de produção, sinaliza uma eventual desglobalização e interfere profundamente na recuperação da economia mundial. Mesmo assim, o dólar americano se desvaloriza frente ao real e o Brasil, com a alta da Selic, volta a ser um porto interessante para investidores estrangeiros.

2022 também é um ano histórico para a ITALCAM, que comemora 120 anos de fundação. Essa centenária instituição é parte da italianità que transborda na cidade de São Paulo, irradiando cultura e oportunidades de negócios entre Brasil e Itália. O consulado geral da Itália em São Paulo também tem novidade, agora quem está a frente é o Consul Geral Domenico Fornara.

Em meio às celebrações, a **Affari** teve seu projeto gráfico renovado, incluindo o Rassegna Legale. Nesta nova roupagem do Rassegna Legale, temos o privilégio e a honra de ter como entrevistada a renomada jurista, que dispensa qualquer apresentação, Paula Forgioni! Em uma entrevista muito rica em conteúdo e, ao mesmo tempo, descontraída, a professora conta um pouco da sua ligação com a Itália e trata de temas relacionados ao Direito Comercial, Poder Judiciário, Economia Digital, enfim, uma visão consistente e prática do Direito para a comunidade jurídica e empresarial.

Como de costume, trazemos artigos de advogados do CoJur das mais diversas especialidades, abordando temas atuais e relevantes, especialmente para o universo das empresas. E tudo isso, apenas na primeira edição de 2022, ano em que ainda teremos a eleição para o Presidente da República!

Uma vez mais, agradeço aos amigos e membros do CoJur, aos apoiadores do Rassegna Legale e ao Presidente Graziano Messina por todo o apoio e confiança.

Boa leitura!

Desidero aprire questa prima edizione della rivista Affari per il 2022 con alcune riflessioni. Da un lato, si intravedono finalmente promettenti segnali di miglioramento in relazione alla pandemia Covid-19 che – nonostante le dovute cautele – ci incoraggiano e ci fanno ben sperare per la tanto attesa ripresa economica. Dall'altro, la guerra in Ucraina mette a rischio, ancora una volta, le filiere di produzione globale, segnalando una possibile deglobalizzazione che interferisce profondamente con il rilancio dell'economia mondiale. Nonostante ciò, il dollaro americano si svaluta nei confronti del real e il Brasile, con l'aumento del tasso Selic, rappresenta di nuovo un porto interessante per gli investitori stranieri.

Il 2022 è anche un anno storico per ITALCAM, che festeggia i suoi 120 anni dalla fondazione. Questa istituzione centenaria è portavoce dell'italianità che trabocca nella città di San Paolo, promuovendo cultura e opportunità commerciali tra Brasile e Italia. E ci sono novità anche per quanto riguarda il Consolato Generale d'Italia a San Paolo, ora guidato dal Console Generale Domenico Fornara.

In questo momento di celebrazioni, la rivista Affari vede rinnovata la sua veste grafica, compresa la sezione della Rassegna Legale, che in questo numero ha l'onore di ospitare Paula Forgioni, rinomata giurista senza bisogno di presentazioni. In un'intervista molto ricca di contenuti e allo stesso tempo dal tono informale, la professoressa ci racconta del suo legame con l'Italia e affronta temi legati al diritto commerciale, alla magistratura, all'economia digitale, delineando una visione coerente e pratica del diritto per la comunità giuridica e imprenditoriale.

Come sempre, sono presenti contributi di avvocati del CoJur delle più diverse specialità, che affrontano questioni attuali e rilevanti, soprattutto per l'universo delle imprese.

E tutto questo, proprio nella prima edizione del 2022, anno in cui ci attende anche l'elezione del Presidente della Repubblica!

Ancora una volta, voglio ringraziare gli amici e i membri del CoJur, i sostenitori della Rassegna Legale e il presidente Graziano Messina per tutto il loro sostegno e la loro fiducia. Buona lettura!

APOIO



Chaves, Gelman, Machado, Gilberto e Barboza

Chiarottino e Nicoletti

— ADVOGADOS —



CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

STUDIO LORENZETTI MARQUES

...
Ariboni,
Fabbri &
Schmidt

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ARAP
NISHI
& UYEDA

ADVOGADOS



GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS



Panella Advogados



Maluf Souza
ADVOGADOS

TESS.
ADVOGADOS



VINHAS E REDENSCHI ADVOGADOS

ENTREVISTA

PAULA FORGIONI

UMA GRANDE JURISTA

Referência no meio jurídico, a professora Paula Forgioni mantém estreita ligação com a Itália, tanto pela descendência quanto por ter estudado em Bologna e Torino, no início da carreira. Ela é titular do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e atua como advogada, parecerista e árbitra, destacando-se em grandes casos e debates jurídicos no Brasil e no exterior. Na entrevista a seguir, ela fala sobre relação ítalo-brasileira, segurança jurídica no Brasil, ambiente concorrencial, economia digital e empoderamento feminino. Acompanhe:

PODERIA NOS CONTAR UM POUCO SOBRE SUA FORTE LIGAÇÃO COM A ITÁLIA? Descendo de italianos por todos os lados. A cultura peninsular, passada no Brasil aos filhos e netos de imigrantes é muito forte e acaba formatando nossa mente. Minha forma de ver o mundo foi cunhada no Colégio Dante Alighieri, de onde sai direto para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Tão logo formada, fui estudar em Bologna e em Torino. Tenho enorme prazer em fazer parte, das mais variadas formas, da vida da colônia italiana em São Paulo. Uma delas foi participar da ITALCAM na gestão do querido e saudoso Edoardo Pollastri, sob a batuta da Profa. Ada Pellegrini Grinover e do Prof. Newton de Lucca. Fui a primeira presidente da CAMITAL, mas, na verdade, quem mandava era a Profa. Ada. Obedecíamos porque sempre tivemos um mínimo de juízo. Atualmente, é uma alegria ver a Câmara Italiana reassumir seu papel de destaque, sob o comando do Graziano Messina. São inúmeros os contatos, seminários e congressos que realizamos com nossos colegas italianos, promovendo um forte intercâmbio cultural. Mantenho caras e longas amizades na Itália [saluti, Minghetti!].



FOTO: DIVULGAÇÃO

Essa ligação também se reflete no mundo acadêmico... Debruço-me incessantemente – e desde muito menina – nas obras dos grandes clássicos italianos, de Vivante e Ascarelli. Confesso que ando encantada com a forma de comunicação moderna do Prof. Alessandro Barbero em suas aulas de História. São tantas as influências que é impossível citá-las todas. O próximo diretor da Faculdade de Direito da USP será o Prof. Celso Campilongo e o nosso novo reitor, recentemente empossado, é o Prof. Gilberto Carlotti. Ter novamente descendentes de italianos na chefia da maior universidade da América Latina há de estreitar ainda mais nossos laços com a Itália.

EM QUAIS ASPECTOS AVANÇAMOS NOS ÚLTIMOS ANOS QUANTO À SEGURANÇA JURÍDICA E O QUE AINDA PRECISAMOS APRIMORAR NO QUE TANGE AO DIREITO COMERCIAL? A criação das câmaras reservadas de direito empresarial, no Tribunal de Justiça de São Paulo, foi um marco em termos de segurança e previsibilidade jurídicas. Em São Paulo, também temos atualmente juízes especializados na primeira instância. A seriedade e qualidade das deci-



UNA GRANDE GIURISTA

Figura di riferimento nell'ambiente giuridico, la professoressa Paula Forgioni mantiene uno stretto legame con l'Italia, sia per le sue origini, sia perché ha studiato a Bologna e Torino all'inizio della sua carriera. È membro del Dipartimento di Diritto Commerciale della Facoltà di Diritto dell'Università di San Paolo (USP) e lavora come avvocato, esperto legale e arbitro, distinguendosi nei principali casi e dibattiti giuridici in Brasile e all'estero. Nell'intervista che segue, ci parla di rapporti tra Italia e Brasile, di certezza del diritto in Brasile, di concorrenza, economia digitale ed empowerment femminile. Buona lettura.

PUÒ DIRCI QUALCOSA DEL SUO FORTE LEGAME CON L'ITALIA?

Discendo da italiani da tutte le parti. La cultura peninsulare, trasmessa in Brasile ai figli e nipoti degli immigrati, è molto forte e finisce per formattare le nostre menti. Il mio modo di vedere il mondo si è formato al Colégio Dante Alighieri, da dove sono uscita per andare direttamente alla facoltà di legge all'Università di San Paolo. Appena laureata, sono andata a studiare a Bologna e Torino. È un grande piacere per me far parte, nei modi più diversi, della vita della colonia italiana a San Paolo. Uno di questi è stata la partecipazione all'ITALCAM, sotto la direzione del compianto e caro Edoardo Pollastri, guidata dalla professoressa Ada Pellegrini Grinover e dal professor Newton de Lucca. Sono stata la prima presidente del CAMITAL, ma in realtà, era la professoressa Ada a guidare il lavoro. Obbedivamo perché abbiamo sempre avuto un minimo di buon senso. Oggi, è una gioia vedere la Camera italiana riprendere il suo ruolo di leader, sotto il comando di Graziano Messana. Sono molti i contatti che manteniamo, realizzando seminari e congressi con i nostri colleghi italiani e promuovendo un forte scambio culturale. Mantengo care e lunghe amicizie in Italia [saluti, Minghetti!].

QUESTO LEGAME SI RIFLETTE ANCHE NEL MONDO ACCADEMICO...

Mi cimento incessantemente - e fin da bambina - con le opere dei grandi classici italiani, di Vivante e Ascarelli. Confesso che sono incantata dalla moderna forma di comunicazione del Prof. Alessandro Barbero nelle sue lezioni di storia. Le influen-

ze sono così tante che è impossibile menzionarle tutte. Il prossimo direttore della Facoltà di Diritto della USP sarà il Prof. Celso Campilongo e il nostro nuovo rettore, recentemente insediato, è il Prof. Gilberto Carlotti. Avere ancora una volta discendenti italiani a capo della più grande università dell'America Latina rafforzerà ulteriormente i nostri legami con l'Italia.

PER QUANTO RIGUARDA LA CERTEZZA DEL DIRITTO, IN QUALI ASPETTI ABBIAMO FATTO PROGRESSI NEGLI ULTIMI ANNI, E COSA BISOGNA ANCORA MIGLIORARE PER QUANTO RIGUARDA IL DIRITTO COMMERCIALE?

L'istituzione delle sezioni riservate di diritto commerciale nel Tribunale di San Paolo costituisce una pietra miliare in termini di certezza e prevedibilità giuridica. A San Paolo, attualmente abbiamo anche giudici specializzati in prima istanza. La serietà e la qualità delle decisioni è estremamente alta. Dato che più di un terzo del PIL brasiliano si concentra qui, avere una magistratura specializzata è una grande conquista. Anche l'arbitrato è stato consolidato. Siamo uno dei maggiori player mondiali. L'amministrazione pubblica brasiliana sta adottando sempre più l'arbitrato nelle contrattazioni con i privati, aumentando la fiducia degli investitori. Per quanto riguarda ciò che dobbiamo migliorare, vedo un urgente bisogno di abbattere le burocrazie che ostacolano le nostre aziende, attraverso una semplificazione del sistema tributario.



sões é altíssima. Como mais de um terço do PIB brasileiro está aqui, contar com um Judiciário especializado é uma grande conquista. A arbitragem também se consolidou. Somos um dos maiores *players* mundiais. A Administração Pública brasileira vem crescentemente adotando a arbitragem nas contratações com particulares, trazendo confiança para o investidor. Quanto ao que precisamos aprimorar, vejo necessidade urgente de derrubar burocracias que emperram as nossas empresas, simplificando o sistema tributário.

O PODER JUDICIÁRIO E O CADE DESEMPENHAM FUNÇÕES ESSENCIAIS PARA PROMOVER JUSTIÇA NO AMBIENTE EMPRESARIAL. QUAL A SUA “RADIOGRAFIA” DESSES “ÓRGÃOS” E SEUS DESAFIOS?

A disciplina da concorrência está em xeque em todo o mundo. O Brasil não é exceção. Pergunto-me se, diante do alto grau de concentração em vários mercados, especialmente no de tecnologia, não seria hora de falar na “morte do antitruste”. Ademais, essa polarização política é bastante complicada para o Brasil. Precisamos de paz para trabalhar. Tudo virou ideologia e polarização, o que é péssimo para os negócios. Quanto ao Poder Judiciário, gostaria de falar apenas da minha área: no que diz respeito ao mundo empresarial, estamos bem servidos, especialmente no Estado de São Paulo.

O QUE DIZER SOBRE A ECONOMIA DIGITAL E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE DAS EMPRESAS, COMO “SMART CONTRACTS” E “BLOCKCHAIN”, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DE DADOS E ALGORITMOS NO DIREITO CONCORRENCIAL COMO DIFERENCIAL OU MEIO DE PRATICAR INFRAÇÕES CONCORRENCIAIS?

O antitruste baseia-se em categorias dogmáticas incapazes de atender às atuais demandas sociais e econômicas. Não se pode aplicar uma metodologia e leis criadas para um mundo de “tijolos e cimento” à realidade de algoritmos e *big data*. O resultado é o reforço do poder econômico e, paradoxalmente, a retroalimentação de uma grande burocracia

mundial. O antitruste precisa mudar, mas, para tanto, é preciso vontade e força política. Apesar das pressões e do *marketing*, dos gritos de alguns acadêmicos, não vislumbro esse movimento no horizonte a ponto de indicar uma efetiva e séria mudança.

A SRA. ATUA EM GRANDES CASOS E DEBATES JURÍDICOS. QUE MENSAGEM DEIXAR, SOBRETUDO A ESTUDANTES E RECÉM-FORMADAS, NESSA ÉPOCA DE “EMPODERAMENTO FEMININO”?

De nada adianta ser genial, ter visões brilhantes e viver isolado em uma caverna, sem diálogo com outros seres humanos. Não há gênio que chegue a algum lugar ou contribua para o desenvolvimento da sociedade sem propagar suas ideias, possuir e cultivar relações, pois é, a partir da forma como convivemos e nos comunicamos com as pessoas a nossa volta, que crescemos e nos aperfeiçoamos. A teia de relacionamentos é essencial para o crescimento de qualquer carreira. Muitas armadilhas colocam-se diante das operadoras do direito, incontáveis são as cavernas em que somos postas ou em que nos trancamos, pelos mais variados motivos. Da culpa ao machismo, passando pelo receio de se expor, o que não faltam são incentivos para cada mulher se isolar, cuidando dos outros e apoiando carreira que não a sua. É preciso lutar e se expor, ou suas ideias murcharão. É preciso ter e manter relacionamentos. Ninguém baterá à porta de sua casa, perguntando se você tem alguma contribuição a dar. Temos que sair à luz, nas salas de aula, nos escritórios e gabinetes, nas associações comerciais, nos órgãos de classe, na vida. Algum professor mais consciente poderá até perguntar a opinião da aluna retraída em um canto da sala, mas a vida

não ficará atrás dela, atçando-a, até porque é intensa a disputa no mercado. O crescimento nas profissões exige posicionamento firme, o tecer de redes, a divulgação do nosso trabalho e pensamento. Hoje, são muitos os homens que nos apoiam realmente. Acredito no movimento “he for she”, com homens e mulheres colaborando no desempenho de suas funções.

“
TUDO VIROU
IDEOLOGIA E
POLARIZAÇÃO



LA MAGISTRATURA E IL CADE SVOLGONO FUNZIONI ESSENZIALI PER PROMUOVERE LA GIUSTIZIA NELL'AMBIENTE IMPRENDITORIALE. QUAL È LA SUA "RADIOGRAFIA" DI QUESTI "ORGANI" E DELLE LORO SFIDE? La disciplina della concorrenza è sotto controllo in tutto il mondo. Il Brasile non fa eccezione. Mi chiedo se, di fronte all'alto grado di concentrazione in diversi mercati, soprattutto in quello delle tecnologie, non sarebbe ora di decretare la "morte dell'antitrust". Inoltre, tale polarizzazione politica è piuttosto complicata per il Brasile. Abbiamo bisogno di pace per lavorare. Tutto è diventato ideologia e polarizzazione, il che è un male per gli affari. Per quanto riguarda la magistratura, vorrei parlare solo della mia zona: per quanto riguarda l'ambito imprenditoriale, siamo ben serviti, soprattutto nello Stato di San Paolo.

CHE DIRE DELL'ECONOMIA DIGITALE E DEI SUOI RIFLESSI SULL'ATTIVITÀ DELLE IMPRESE, ATTRAVERSO GLI "SMART CONTRACTS" E LA "BLOCKCHAIN", OLTRE ALL'USO DI DATI E ALGORITMI NEL DIRITTO DELLA CONCORRENZA COME DIFFERENZIALE O MEZZO PER PRATICARE INFRAZIONI? L'antitrust si basa su categorie dogmatiche incapaci di rispondere alle attuali esigenze sociali ed economiche. Non si può applicare una metodologia e leggi create per un mondo di "mattoni e cemento" alla realtà degli algoritmi e dei big data. Il risultato è il rafforzamento del potere economico e, paradossalmente, la retroalimentazione di una grande burocrazia globale. L'antitrust deve cambiare, ma per farlo ci vuole volontà e forza

politica. Nonostante le pressioni e il marketing, nonché gli appelli di alcuni accademici, non vedo questo movimento all'orizzonte al punto da indicare un cambiamento effettivo e serio.

LEI LAVORA IN CASI IMPORTANTI E DIBATTITI GIURIDICI. QUALE MESSAGGIO PUÒ LASCIARE, SOPRATTUTTO A STUDENTESSE E NEOLAUREATE, IN QUESTO PERIODO DI "EMPOWERMENT FEMMINILE"? Non serve a niente essere brillanti, avere visioni brillanti e vivere isolati in una grotta, senza dialogo con altri esseri umani. Nessun genio può arrivare da qualche parte o contribuire allo sviluppo della società senza diffondere le proprie idee, senza avere e coltivare relazioni, perché cresciamo e ci miglioriamo proprio a partire dal modo in cui viviamo e comunichiamo con le persone che ci circondano. La rete di relazioni è essenziale per la crescita di qualsiasi carriera. Molte trappole sono poste davanti alle operatrici del diritto, innumerevoli sono le caverne in cui siamo collocate o in cui ci rinchiudiamo, per i motivi più diversi. Dal senso di colpa al machismo, per non parlare della paura di esporci, non mancano gli incentivi per ogni donna a isolarsi, prendendosi cura degli altri e sostenendo carriere diverse dalla propria. Bisogna lottare ed esporsi, o le tue idee appassiranno. Bisogna avere e mantenere delle relazioni. Nessuno busserà alla tua porta, chiedendoti se hai qualche contributo da dare. Bisogna uscire alla luce, nelle aule, negli uffici e nei gabinetti, nelle associazioni di categoria, nei corpi di classe, nella vita. Qualche professore più coscienzioso potrà anche chiedere il parere della studentessa che siede in disparte in un angolo della stanza. Ma la vita non starà ad aspettarla, o stimolarla, perché la concorrenza sul mercato è intensa. La crescita nelle professioni richiede un solido posizionamento, la tessitura di reti, la divulgazione del nostro lavoro e del nostro pensiero. Oggi ci sono molti uomini che ci sostengono davvero. Credo nel movimento "he for she", con uomini e donne che collaborano nello svolgimento delle proprie funzioni.



**TUTTO È DIVENTATO IDEOLOGIA
E POLARIZZAZIONE**



CÂMARA SUPERIOR DO CARF CANCELA MULTA DE 150%



MARA EUGÊNIA CARAMICO
mara.caramico@panella.com.br

Empresas começam a reverter a atual jurisprudência sobre a aplicação da multa qualificada em autuações

E conhecida a jurisprudência reiterada da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais sobre planejamento tributário e a multa agravada, aplicada não só às empresas, como contribuintes principais, mas também aos seus sócios e administradores incluídos no polo passivo das autuações como responsáveis tributários pelo tributo devido. Até hoje prevalece o entendimento de que a utilização de estruturas veículos, ou mesmo de um planejamento fiscal, sem um propósito negocial, isto é, sem uma finalidade econômica e comercial de fato, mas apenas para viabilizar uma economia tributária, tem sido vista como abusiva, e simulada, o que implica na aplicação da multa qualificada de 150% sobre o valor do tributo exigido, e que não teria sido pago em virtude de tal prática.

Todavia, esta jurisprudência está sendo revista. Recentemente, ao menos duas decisões excluíram a penalidade agravada imposta ao contribuinte e aos sócios solidarizados no lançamento, justamente por se entender que a falta de propósito negocial não é ato ilícito capaz de imputar o agravamento da pena, com a sua dupla aplicação. Ainda que o lançamento possa ser mantido, a multa qualificada é cancelada, mantendo-se apenas a multa de ofício.

Citamos aqui os acórdãos (Acórdão nº 9101-005.872 – CSRF / 1ª Turma e Acórdão 9101-005.876 – CSRF / 1ª Turma) para conhecimento.

Assim sendo, estamos vendo uma luz no fundo do túnel para se iniciar a rediscussão do tema de maneira mais favorável às empresas e seus dirigentes.

CAMERA SUPERIORE DEL CARF CANCELLA MULTA DEL 150%

Imprese cominciano a opporsi all'attuale giurisprudenza sull'applicazione della multa qualificata nelle notificazioni

È conosciuta la giurisprudenza reiterata della Camera Superiore del Consiglio Amministrativo di Risorse Fiscali (CARF) sulla pianificazione tributaria e sulla multa aggravata, applicata non solo alle imprese, come contribuenti principali, e inoltre ai soci e amministratori inclusi come soggetti passivi nelle notificazioni perché ritenuti responsabili tributari del tributo dovuto. Fino ad oggi prevale l'orientamento che l'utilizzo di società-veicolo, o anche di una pianificazione fiscale senza un proposito negoziale, cioè, senza una finalità economica e commerciale vera e propria, ma soltanto per consentire un risparmio tributario, sia abusivo e simulato, comportando l'applicazione della multa qualificata pari a 150% sul valore del tributo riscosso, che non sarebbe stato pagato a causa di tale pratica.

Tuttavia, questa giurisprudenza è in ristrutturazione. Di recente, almeno due decisioni hanno escluso la sanzione aggravata imposta al contribuente e ai soci solidali nell'avviso di accertamento, proprio perché si capisce che l'assenza di proposito negoziale non è atto illecito in grado di imputare l'aggravamento della pena, con la doppia applicazione. Anche se l'avviso di accertamento può essere mantenuto, la multa qualificata viene cancellata, mantenendosi soltanto la multa d'ufficio.

Facciamo riferimento alle sentenze recentemente proferite (Sentenza nº 9101-005.872 – CSRF / 1º Gruppo e Sentenza 9101-005.876 – CSRF / 1º Gruppo) per la vostra conoscenza.

Quindi, vediamo una luce in fondo al tunnel per iniziare una nuova discussione sul tema in maniera più favorevole alle imprese e i loro dirigenti.

ICMS-DIFAL SOMENTE PODE SER COBRADO EM 2023

A inconstitucionalidade da cobrança do ICMS-Difal em 2022 em razão do princípio constitucional da anterioridade

Em 2021, o STF julgou inconstitucional o Convênio ICMS 93/15, que regulamentava a Emenda Constitucional 87/15, que determinava que nas operações interestaduais com consumidores finais não contribuintes deveriam incidir as alíquotas interestaduais, não mais as internas dos estados de origem, cabendo aos estados de destino a diferença entre as alíquotas internas e interestaduais (ICMS-Difal).

Para o STF, cabe apenas à lei complementar dispor sobre as regras gerais para a cobrança de um tributo, não a um Convênio, sendo que o tribunal modulou os efeitos para que a decisão produzisse efeitos apenas em 2022. Na prática, foi dado ao Congresso um prazo, que se extinguiu em 31/12/2021, para publicar uma lei que regulasse a matéria.

Ocorre que a Lei só foi publicada em 2022, na forma da LC 190/22. Diante disso e em razão dos princípios da anterioridade nonagesimal e anual aplicáveis ao ICMS, previstos no art. 150, III, "b" e "c", da CF/88, não deve haver cobrança do Difal em 2022, mas apenas do imposto devido aos estados de origem. Apesar disso, os estados já se manifestaram que efetuarão a cobrança, o que gerará novas discussões para as empresas.

Além de não recolher o ICMS-Difal nas vendas interestaduais a não contribuintes em 2022, existe a possibilidade de se discutir a cobrança do ICMS-Difal em 2022 e postular a restituição dos recolhimentos dos últimos 5 anos nas aquisições de bens para uso ou consumo do estabelecimento ou ativo, já que, até a LC 190/22, também não havia previsão em lei complementar para essa cobrança.



MAURÍCIO BARROS
mabarros@demarest.com.br



RAPHAEL RODRIGUES
rarodrigues@demarest.com.br

RISCOSSIONE DELL'ICMS-DIFAL SOLO NEL 2023

L'incostituzionalità della raccolta ICMS-Difal nel 2022 per principio costituzionale di anteriorità

Nel 2021, la Suprema Corte brasiliana ha deciso che l'Accordo ICMS 93/15, che sancisce che la differenza fra l'ICMS dovuto allo stato d'origine e quello dovuto allo stato del consumatore (ICMS-Difal), è incostituzionale.

Secondo il STF, solo la legge complementare può sancire le regole generali per la riscossione di un tributo, non una Accordo fra gli stati. Comunque il STF ha sospeso gli effetti della sua decisione, dimodoché il suo risultato entrasse in vigore soltanto nel 2022. In pratica si è dato al parlamento un termine, scaduto nel 31/12/2021, per pubblicare una legge per regolare la materia.

Accade che la Legge Complementare 190 è stata pubblicata soltanto nel 2022. Quindi, a causa del principio costituzionale della anteriorità, che vieta la riscossione dell'ICMS nello stesso anno della pubblicazione della legge che abbia creato un nuovo fatto imponibile dell'imposta, l'ICMS-Difal non potrà essere riscosso nel 2022.

Tuttavia, gli stati hanno dichiarato che esigeranno l'imposta nel 2022 nonostante la pubblicazione della Legge 190 nello stesso anno. Quindi, molti contribuenti hanno entrato con giudizi per non pagare l'imposta nel 2022 e ci sono due azioni di inconstituzionalità pendenti nella Suprema Corte.

C'è anche la possibilità di discutere la riscossione dell'ICMS-Difal nel 2022 e chiedere il rimborso dei pagamenti degli ultimi 5 anni negli acquisti di beni per l'uso o consumo del contribuente, poiché, fino alla LC 190/22, non esisteva neppure una norma nazionale per questa riscossione.

NOVO ÍNDICE DE REAJUSTE DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

FGV cria índice voltado ao mercado de locação

Em 2021, um dos assuntos mais discutidos no Brasil foi a enorme alta do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). O IGP-M é um dos principais índices inflacionários do país e, historicamente, o mais utilizado em contratos locatícios, embora não tenha sido criado com esse objetivo e não reflete fielmente as variações do setor, e o ano de 2021 terminou com alta de 23,14%.

Em razão de seu aumento acentuado, passou-se a questionar a conveniência de sua adoção em contratos de locação. Muitos passaram a buscar índices alternativos ou fórmulas fixas, visando maior previsibilidade e menores distorções. Também cresceram os processos judiciais pleiteando a sua substituição ou limitação em contratos locatícios.

Nesse cenário, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), anunciou em janeiro de 2022 a criação do IVAR - Índice de Variação de Aluguéis Residenciais.

O IVAR é um índice nacional, calculado a partir da média dos índices das cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, que visa medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais.

Os estudos realizados pela FGV apresentam levantamentos obtidos desde dezembro de 2019. Nos últimos 12 meses, o IVAR acumulou variação de -0,61%, contra +0,66% no mês de dezembro/2021.

Embora criado especificamente para as locações residenciais, o IVAR poderá representar uma estrutural mudança no mercado imobiliário brasileiro, sendo recomendável a sua observância e acompanhamento.



DANIELLE XAVIER
drx@lrlaw.com.br



LEONARDO BIANCO
lob@lrlaw.com.br

NUOVO INDICE DI VARIAZIONE PER L'ADEGUAMENTO DEI CONTRATTI D'AFFITTO

FGV crea un indice per il mercato degli affitti

Nel 2021, uno degli argomenti più discussi in Brasile è stato l'enorme aumento dell'Indice Generale dei Prezzi del mercato (IGP-M). L'IGP-M è uno dei principali indici d'inflazione del paese e, storicamente, il più usato nei contratti d'affitto, anche se non è stato creato appositamente per questo scopo e per tanto non riflette fedelmente le variazioni del settore, e il 2021 si è concluso con un aumento del 23,14%.

Dato il suo significativo aumento, sono sorti molti dubbi sul fatto di utilizzarlo nei contratti d'affitto. Molti hanno cominciato a cercare indici alternativi o formule fisse, puntando ad una maggiore prevedibilità e riducendo distorsioni. Si è verificato anche un aumento del numero di cause giudiziarie che rivendicano la sua sostituzione o la sua limitazione nei contratti d'affitto.

In questo scenario, la Fondazione Getúlio Vargas (FGV), attraverso l'Istituto Brasileiro di Economia (FGV IBRE), ha annunciato, nel gennaio 2022, la creazione dell'IVAR - Indice di variazione degli affitti residenziali.

L'IVAR è un indice nazionale, calcolato dalla media degli indici delle città di Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e San Paolo, che mira a misurare l'evoluzione mensile dei valori degli affitti residenziali.

Gli studi condotti dalla FGV presentano indagini realizzate a partire da dicembre 2019. Negli ultimi 12 mesi, l'IVAR ha accumulato una variazione di -0,61%, contro +0,66% nel mese di dicembre 2021.

Anche se creato specificatamente per le locazioni residenziali, l'IVAR può rappresentare un cambiamento strutturale nel mercato immobiliare brasiliano e se ne raccomanda l'osservanza e il monitoraggio.

IPTU DE CLUBES EM SÃO PAULO

Lei paulistana nº 17.557, de 26 de maio de 2021, esclarece isenção



ANDRÉ SMITH DE
VASCONCELLOS SUPLYCY
asuplicy@chiarottino.com.br

Lei paulistana de maio de 2021 esclareceu que a isenção do imposto predial “abrange a área total dos imóveis construídos pertencentes ao patrimônio das agremiações desportivas que não efetuem venda de poules ou talões de apostas, desde que tais imóveis sejam utilizados efetiva, habitual e preponderantemente para a prática das atividades essenciais das referidas entidades, ainda que parcialmente cedidos a terceiros, a título gratuito ou oneroso”.

Segundo consagrada regra de interpretação jurídica, a lei não contém expressões inúteis e “dá-se valor a todos os vocábulos e, principalmente, a todas as frases, para achar o verdadeiro sentido de um texto; porque este deve ser entendido de modo que tenham efeito todas as suas provisões, nenhuma parte resulta inoperante ou supérflua, nula ou sem significação alguma” (CARLOS MAXIMILIANO, “Hermenêutica e Aplicação do Direito”, 1996, p. 250-251),

Diversos clubes discutem no Judiciário o que devem ser consideradas áreas construídas para efeito do direito à isenção.

A nova lei parece atentar à finalidade da isenção (incentivar a prática de esportes) ao definir que esta abrange a totalidade da área de cada imóvel (assim considerada a área total descrita na respectiva matrícula) pertencente a uma agremiação desportiva, ainda que nele haja alguma parcela não construída, desde que o imóvel seja utilizado efetiva, habitual e preponderantemente para a prática das atividades essenciais da entidade.

A interpretação final da lei caberá ao Judiciário.

IPTU DEI CLUB DI SÃO PAULO

La legge di São Paulo n. 17.557, del 26 maggio 2021, chiarisce l'esenzione

La legge di São Paulo del maggio 2021 ha chiarito che l'esenzione dall'imposta sugli immobili “copre l'area totale dei beni immobili costruiti appartenenti al patrimonio delle associazioni sportive che non vendono coupon di scommesse, a condizione che tali immobili siano utilizzati efficacemente, abitualmente e prevalentemente per l'esercizio delle attività essenziali dei detti enti, anche se parzialmente ceduti a terzi, a titolo gratuito o a titolo oneroso”.

Secondo la norma consacrata dell'interpretazione giuridica, la legge non contiene espressioni inutili e “si dà valore a tutte le parole e, soprattutto, a tutte le frasi, per trovare il vero significato di un testo; perché esso deve essere inteso in modo che abbiano effetto tutte le sue disposizioni, nessuna parte è inoperante o superflua, nulla o priva di significato” (CARLOS MAXIMILIANO, “Hermenêutica e Aplicação do Direito”, 1996, p. 250-251).

Diversi club discutono in seno al potere giudiziario di quali dovrebbero essere considerate aree edificate ai fini del diritto all'esenzione.

La nuova norma sembra affrontare la finalità dell'esenzione (incentivare la pratica sportiva) definendo che essa copre l'intera superficie di ciascun bene immobile (così considerando l'area complessiva descritta nella rispettiva iscrizione del bene immobile) appartenente a un'associazione sportiva, anche se presente una porzione non edificata, a condizione che l'immobile sia utilizzato effettivamente, abitualmente e prevalentemente per l'esercizio delle attività essenziali dell'ente.

L'interpretazione finale di tale legge spetta al potere giudiziario.

A SÍNDROME DE BURNOUT PODERIA SER DOENÇA OCUPACIONAL?

A recente inclusão da síndrome no Código Internacional de Doenças tem trazido muitas dúvidas

Desde 01.01.2022, a Síndrome de Burnout, conhecida também como Síndrome do Esgotamento Profissional, foi incluída no CID (Código Internacional de Doenças) e passou a trazer muitas questões sobre a possibilidade de ser entendida como doença ocupacional. A Síndrome de Burnout é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante. É identificada como resultado do estresse crônico que pode ser

desenvolvido em virtude das atividades profissionais e do ambiente de trabalho.

O tema é de grande relevância, pois a OMS reviu a CID, o que foi amplamente noticiado na mídia. Entretanto, a questão é um pouco mais complexa, pois a OMS não indicou que a síndrome seria doença ocupacional mas apenas poderia ser um fenômeno ocupacional. A OMS, inclusive, afirmou em nota que a síndrome não é uma doença ocupacional.

A discussão que se enfrenta é: se provada a Síndrome de Burnout, o trabalhador teria direito a licença médica remunerada pelo empregador por até 15 dias de afastamento e, após tal período, terá direito ao benefício previdenciário pago pelo INSS. Devemos considerar a possibilidade de estabilidade provisória após a alta pelo INSS, por 12 meses após o fim do auxílio.

Tudo isso se cogita se assumirmos que Burnout é doença ocupacional, o que ainda não está sedimentado. Este é um ponto de atenção pois os empregadores podem enfrentar essa discussão. Medidas hábeis a mitigar os riscos associados ao trabalho, agindo de forma preventiva com políticas de segurança e saúde do trabalho, podem mitigar os riscos para a empresa.



JULIANA NUNES

juliana.nunes@cmalaw.com



MARCIO MEIRA

marcio.meira@cmalaw.com

LA SINDROME DEL BURNOUT È UNA MALATTIA PROFESSIONALE?

La recente inclusione nel Codice Internazionale delle Malattie genera diverse dubbi

Dal 01.01.2022, la Sindrome da Burnout, nota anche come Sindrome da Burnout Professionale, è stata inclusa nel CID (Codice Internazionale delle Malattie) causando diversi dubbi sulla possibilità di considerarla una malattia professionale. La sindrome del burnout è un disturbo emotivo con sintomi di esaurimento estremo, stress ed esaurimento fisico derivanti da situazioni di lavoro stressanti. Si identifica come conseguenza dello stress cronico, che può svilupparsi a causa delle attività professionali e dell'ambiente di lavoro.

La notizia dell'inclusione da parte della OMS della sindrome da burnout nel Codice Internazionale delle malattie ha avuto grande ripercussione mediatica. Tuttavia, la questione è più complessa. La OMS non ha definito in maniera categorica la sindrome come una malattia professionale, indicando solamente che può trattarsi di un fenomeno occupazionale.

La discussione è rilevante perché, qualora sia accertata come causa dell'allontanamento la Sindrome da Burnout, il lavoratore avrà diritto al congedo per malattia retribuito dal datore di lavoro per un periodo fino a 15 giorni e, trascorso tale periodo, il lavoratore avrà diritto all'indennità sociale previdenziale a carico dell'INSS. Bisogna considerare inoltre la possibilità della garanzia di stabilità occupazionale dopo la dimissione dall'INSS, per un periodo di 12 mesi dopo la fine del sussidio.

Questo è lo scenario da affrontare se assumiamo la sindrome da Burnout come una malattia professionale, cosa che non è ancora accertata in maniera definitiva. Questo è un punto di attenzione in quanto i datori di lavoro potranno trovarsi a gestire questa discussione. È necessario che agiscano in modo preventivo promuovendo politiche di sicurezza e salute sul lavoro.

NOVO MARCO LEGAL DE CÂMBIO NO BRASIL

Os impactos na Propriedade Intelectual e remessa de royalties ao exterior



TABATHA ETIENNE
SERAPHINI
tca@ariboni.com.br

Conhecida como novo Marco Legal do Câmbio, a Lei nº 14.286 entrará em vigor a partir de 30.12.2022 e trará mudanças para o regime cambial brasileiro, impactando diretamente nas transações internacionais e, dentre outras, nas regras aplicáveis à remessa de royalties e divisas ao exterior.

Referida lei tem por objetivo compilar a esparsa legislação já existente sobre a matéria, modernizando as normas sobre o capital brasileiro no exterior, capital estrangeiro no País e prestação de informações ao Banco Central do Brasil (BACEN), a fim de facilitar as operações envolvendo moeda estrangeira.

Dentre as inovações trazidas pelo Marco Legal, destacamos o fim da: (i) proibição de pagamento acima do limite de dedutibilidade fiscal de royalties por uso de marcas e patentes entre empresas vinculadas (incluindo filial ou subsidiária brasileira e sua matriz ou controladora, direta ou indireta, sediada no exterior), e (ii) necessidade de registro de contratos e faturas junto ao BACEN para justificar a remessa de royalties, bastando a prova do recolhimento do imposto de renda.

Porém, outras regras aplicáveis ao pagamento de royalties seguem em vigor no Brasil, tais como a limitação de dedutibilidade fiscal de royalties por marcas, patentes e tecnologia a até 5% da respectiva receita de venda de produtos/serviços, bem como a necessidade de averbação contratual junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial para dedução de tais despesas, demandando cautela mesmo com o advento da nova lei.

NUOVO MARCHIO LEGALE DI CAMBIO IN BRASILE

Gli impatti sulla Proprietà Intellettuale e rimessa delle royalties all'estero

Conosciuta come nuovo Marchio Legale di Cambio, la Legge nº 14.286 entrerà in vigore nel 30.12.2022 e porterà cambiamenti al regime di cambio brasiliano, con un impatto diretto sulle transazioni internazionali e, tra l'altro, sulle regole applicabili alle rimesse di royalties e valute all'estero.

Suddetta legge oggettiva compilare le diffuse legislazioni già esistenti sulla materia, modernizzando le norme sul capitale brasiliano all'estero, capitale straniero nel Paese e fornitura di informazioni alla Banca Centrale del Brasile (BACEN), al fine di facilitare le operazioni che riguardano moneta straniera.

Tra le innovazioni introdotte dal Marchio Legale, evidenziamo la fine della: (i) proibizione di pagamenti al di sopra del limite di deducibilità fiscale di royalties per uso di marchi e brevetti tra le imprese vincolate (compresi filiale o sussidiaria brasiliana e la sua matrice o controller, diretta o indiretta, con sede all'estero), e (ii) necessità di registro di contratti e fatture presso la BACEN per giustificare la rimessa di royalties, bastando la prova di riscossione dell'imposta sul reddito.

Tuttavia, altre regole applicabili al pagamento di royalties seguono in vigore in Brasile, tali come la limitazione di deducibilità fiscale di royalties per marchi, brevetti e tecnologie fino al 5% della rispettive entrate di vendita di prodotti/servizi, nonché la necessità di registrazione del contratto presso l'Istituto Nazionale di Proprietà Industriale per la deduzione di tale spese, richiedendo cautela anche con l'avvento della nuova legge.